

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	52
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.927.546
Preferenciais	0
Total	51.927.546
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.530.225	2.515.969
1.01	Ativo Circulante	505.732	537.970
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.651	50.136
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.219	0
1.01.03	Contas a Receber	424.431	464.083
1.01.03.01	Clientes	416.883	454.322
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	456.385	489.762
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-39.502	-35.440
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.548	9.761
1.01.03.02.01	Conta a receber de partes relacionadas	1.689	2.002
1.01.03.02.02	Adiantamentos a fornecedores	687	1.349
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	2.901	2.327
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	2.271	4.083
1.01.04	Estoques	1.884	1.682
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.781	21.492
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.781	21.492
1.01.07	Despesas Antecipadas	766	577
1.02	Ativo Não Circulante	2.024.493	1.977.999
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	220.560	227.990
1.02.01.03	Contas a Receber	478	15.139
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	478	15.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	91.891	93.494
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	87.814	90.450
1.02.01.06.02	Ativos fiscais diferidos	4.077	3.044
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	128.191	119.357
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	24.468	23.601
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	103.568	95.527
1.02.01.09.07	Outro realizáveis a longo prazo	155	229
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	1.772.772	1.705.918
1.02.04.01	Intangíveis	1.772.772	1.705.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.772.772	1.705.918
1.02.05	Diferido	30.781	43.711

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.530.225	2.515.969
2.01	Passivo Circulante	760.038	714.083
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.257	7.373
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.257	7.373
2.01.02	Fornecedores	328.901	381.395
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	328.901	381.395
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	190.214	129.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	190.214	129.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	190.214	129.804
2.01.05	Outras Obrigações	231.666	195.511
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	291	579
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	291	579
2.01.05.02	Outros	231.375	194.932
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	155.469	75.249
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	7.551	12.138
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	8.705	5.541
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	59.650	102.004
2.02	Passivo Não Circulante	780.346	858.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	543.608	604.484
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	543.608	604.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	543.608	604.484
2.02.02	Outras Obrigações	157.610	175.404
2.02.02.02	Outros	157.610	175.404
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	106.780	104.755
2.02.02.02.06	Demais contas a pagar	0	19.819
2.02.02.02.07	Concessão a pagar	50.830	50.830
2.02.04	Provisões	79.128	78.193
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79.128	78.193
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.016	12.429
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.639	35.668
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.473	30.096
2.03	Patrimônio Líquido	989.841	943.805
2.03.01	Capital Social Realizado	442.830	362.585
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	442.830	603.294
2.03.04.01	Reserva Legal	72.517	72.517
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	240.660
2.03.04.10	Reserva de expansão	370.313	290.117
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	128.259	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-26.272	-24.268

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	919.928	1.796.101	858.251	1.574.043
3.01.01	Venda de Gás	841.096	1.657.658	800.943	1.472.475
3.01.02	Contratos de Construção	54.924	92.430	36.852	65.338
3.01.03	Outras Receitas	23.908	46.013	20.456	36.230
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-679.777	-1.349.339	-616.620	-1.121.010
3.02.01	Custo de Gás e Serviços	-624.682	-1.256.738	-579.768	-1.055.672
3.02.02	Custo dos Contratos de Construção	-55.095	-92.601	-36.852	-65.338
3.03	Resultado Bruto	240.151	446.762	241.631	453.033
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.617	-202.251	-102.166	-194.250
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-108.323	-196.236	-93.442	-177.670
3.04.02.01	Pessoal	-24.976	-48.076	-21.342	-42.957
3.04.02.02	Utilidades, Materiais e Serviços	-8.707	-13.668	-4.228	-8.806
3.04.02.03	Serviços e Outros Gastos Gerais	-46.439	-77.899	-39.594	-69.848
3.04.02.04	Amortização do Intangível e Diferido	-27.581	-54.985	-25.777	-50.747
3.04.02.05	Obrigações com Fundo de Pensão	-620	-1.608	-2.501	-5.312
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.294	-6.015	-8.724	-16.580
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais Líquidas	-2.294	-6.015	-8.724	-16.580
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	129.534	244.511	139.465	258.783
3.06	Resultado Financeiro	-20.331	-42.911	-9.030	-19.170
3.06.01	Receitas Financeiras	6.737	12.572	4.501	8.216
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.068	-55.483	-13.531	-27.386
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.203	201.600	130.435	239.613
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.607	-73.341	-44.350	-81.623
3.08.01	Corrente	-39.254	-70.706	-46.133	-81.766
3.08.02	Diferido	-2.353	-2.635	1.783	143
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.596	128.259	86.085	157.990
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.596	128.259	86.085	157.990
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43020	2,46990	0,66630	2,86700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	67.596	128.259	89.799	148.878
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-975	-2.004	-707	-1.738
4.02.01	Despesas com Fundo de Pensão	-975	-2.004	-707	-1.738
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.621	126.255	89.092	147.140

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105.778	103.232
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-166.854	-145.842
6.01.01.01	Juros Pagos	-45.018	-19.982
6.01.01.02	IR e CSLL pagos	-116.865	-120.891
6.01.01.03	IRRF sobre JCP pagos	-4.971	-4.969
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.635	-50.325
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	33.377	-22.747
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	106.312	120.715
6.01.02.03	Estoques	-202	-924
6.01.02.04	Outros ativos	6.597	-7.375
6.01.02.05	Fornecedores	-52.494	6.720
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	1.883	1.732
6.01.02.07	Tributos a recolher	-110.725	-135.270
6.01.02.08	Partes relacionadas	25	94
6.01.02.09	Obrigações com fundo de pensão	-4.566	-3.143
6.01.02.10	Outros passivos	-16.654	-8.527
6.01.02.11	Créditos restituíveis	1.812	-1.600
6.01.03	Outros	307.267	299.399
6.01.03.01	Lucro líquido antes IR/CSL	201.600	226.837
6.01.03.02	Amortização do intangível e diferido	54.985	48.899
6.01.03.04	Juros, var. monet. e cambiais sobre empréstimo e prov. para crédito de liquidação duvidosa	50.682	23.663
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-108.909	-70.887
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-108.920	-70.892
6.02.02	Recebimento pela venda do ativo intangível	11	5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.135	126.262
6.03.01	Amortização de empréstimos	-31.135	-33.738
6.03.02	Ingressos de empréstimo	30.000	160.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.266	158.607
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.136	56.791
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.870	215.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.244	0	-240.660	0	0	-160.416
5.04.01	Aumentos de Capital	80.244	0	0	0	0	80.244
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-240.660	0	0	-240.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.259	-2.004	126.255
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.259	0	128.259
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.004	-2.004
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	80.195	0	0	80.195
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	80.195	0	0	80.195
5.07	Saldos Finais	442.829	2.194	442.829	128.259	-26.272	989.839

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	362.342	2.194	618.406	0	-31.219	951.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.342	2.194	618.406	0	-31.219	951.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	243	0	-255.578	0	0	-255.335
5.04.01	Aumentos de Capital	243	0	0	0	0	243
5.04.06	Dividendos	0	0	-255.578	0	0	-255.578
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.878	-2.059	146.819
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.878	0	148.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.059	-2.059
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-321	-321
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-1.738	-1.738
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-243	0	0	-243
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-243	0	0	-243
5.07	Saldos Finais	362.585	2.194	362.585	148.878	-33.278	842.964

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	2.041.684	1.861.770
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.954.602	1.811.535
7.01.02	Outras Receitas	820	551
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	820	547
7.01.02.02	Outras Receitas Não Operacionais	0	4
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	92.601	55.103
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.339	-5.419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.593.710	-1.384.170
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.256.736	-1.124.306
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-244.373	-204.761
7.02.04	Outros	-92.601	-55.103
7.02.04.01	Custo ref. a Construção de Ativos Próprios	-92.601	-55.103
7.03	Valor Adicionado Bruto	447.974	477.600
7.04	Retenções	-54.985	-48.900
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.985	-48.900
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	392.989	428.700
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.568	15.680
7.06.02	Receitas Financeiras	12.568	15.680
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	405.557	444.380
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	405.557	444.380
7.08.01	Pessoal	40.032	36.398
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.279	27.054
7.08.01.02	Benefícios	8.512	7.334
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.241	2.010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	176.771	217.785
7.08.02.01	Federais	117.254	131.347
7.08.02.02	Estaduais	58.629	85.565
7.08.02.03	Municipais	888	873
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.496	41.319
7.08.03.01	Juros	55.479	36.811
7.08.03.02	Aluguéis	5.017	4.508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.258	148.878
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.258	148.878

Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no segundo trimestre foi de 1.390.155 mil metros cúbicos, com uma queda de 4,5% em comparação ao segundo trimestre de 2014. O mercado convencional, isoladamente, ficou praticamente em linha com o período de 2014, com um volume total de 378.331 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de menor volume no segmento doméstico e industrial e maior volume consumido pelo segmento comercial, que apresentou um aumento de 7,3% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando um volume de 22.773 mil metros cúbicos; impactado principalmente pelo consumo de gás voltado para cogeração, que buscam diversificar suas matrizes energéticas em função do aumento do custo de energia (reajustes tarifários), ocorridos no último trimestre de 2014. No mercado termelétrico, foi registrada uma queda em comparação com segundo trimestre de 2014, com despacho total de 1.011.825 mil metros cúbicos, 5,9% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, pela redução das atividades econômicas do país. Os mercados doméstico e comercial somaram um total 52.147 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um incremento de 1,8% frente ao mesmo período de 2014 e o mercado de GNV apresentou redução de 1,6% em relação ao mesmo período de 2014, alcançando um volume de 186.426 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste segundo trimestre de 2015 foi de R\$ 240.151 mil, o que representa uma redução de 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 67.596 mil, inferior em 21,5% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente por maiores despesas operacionais e pior resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no segundo trimestre de 2015 atingiu o montante de R\$ 129.534 mil contra R\$ 139.465 mil em igual período de 2014.

Os investimentos realizados no segundo trimestre de 2015 somaram R\$ 38.237 com uma redução de 42,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao menor volume de projetos de expansão combinado com menores projetos de renovação e manutenção da rede de gás (principalmente ligados a demandas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). Neste segundo trimestre de 2015, os investimentos foram aplicados conversão e renovação de redes, com 56,7%.

A Companhia atingiu, ao final do segundo trimestre de 2015, o total de 858 mil clientes o que representa um crescimento de 3,4% comparado ao mesmo período de 2014.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. (CEG) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti e, a partir dezembro de 2014, Mangaratiba e Maricá, conforme mencionado na Nota 14.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.9 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão das demonstrações financeiras foi recomendada pelo Conselho Fiscal em 11 de agosto de 2015.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, bem como os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 23.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 7).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.7 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).

2.8 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 14).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) **Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a cinco anos

(iii) **Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 14).

2.9 **Diferido**

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

2.10 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.11 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 **Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 21).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do trimestre.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do período, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa a empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.18 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.19 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 167.778 (R\$ 154.234 em 30 de junho de 2014).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 30 de junho de 2015 de R\$ 75.520 (R\$ 88.154 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de junho de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 30 de junho de 2015			
Fornecedores e concessões a pagar	328.901	50.830	
Empréstimos e financiamentos	134.182	327.975	480.088
Contas a pagar - assunção de dívida	7.551		
Contas a pagar - partes relacionadas	291		

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 687.952, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 26 de junho de 2015, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,72% e uma TJLP estimada em 6,5%, cenário provável para o ano de 2015.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30/06/2015 - %	13,57	13,57	13,57
Dívida líquida - bancos	602.044	602.044	602.044
Taxa anual estimada do CDI em 30/06/2015 - %	13,72	17,15	20,58
Despesa financeira	903	21.553	42.203
IR E CS	307	7.328	14.349
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	596	14.225	27.854

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/06/2015 - %	6,00	6,00	6,00
Dívida líquida - BNDES	85.919	85.919	85.919
Taxa TJLP estimada em 30/06/2015 - %	6,50	8,13	9,75
Despesa financeira	430	1.826	3.222
IR E CS	146	621	1.095
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	284	1.205	2.126

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	733.822	734.288
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(45.870)	(50.136)
Dívida líquida	687.952	684.152
Total do patrimônio líquido	989.841	943.805

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.677.793</u>	<u>1.627.957</u>
Índice de alavancagem financeira - %	41	42

O índice de alavancagem financeira no 2º trimestre de 2015 se manteve estável em comparação com o último trimestre do ano anterior. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice do 2º trimestre está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de clientes	456.384	489.762
Caixa e equivalentes de caixa	45.870	50.136
Depósitos judiciais	<u>103.567</u>	<u>95.527</u>
	<u>605.821</u>	<u>635.425</u>
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>		
Empréstimos	733.821	734.288
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>380.022</u>	<u>432.813</u>
	<u>1.113.843</u>	<u>1.167.101</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 857.581 (não auditado) clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	30.651	23.729
Aplicações financeiras	<u>15.219</u>	<u>26.407</u>
	<u>45.870</u>	<u>50.136</u>

A Companhia possui aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração a taxa média de 100% do CDI e possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	267.500	254.495
Do setor público	<u>11.804</u>	<u>10.780</u>
	<u>279.304</u>	<u>265.275</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Não faturado**

Consumidores		
Do setor privado	165.452	215.647
Do setor público	2.326	2.327
	<u>167.778</u>	<u>217.974</u>
Vendas de equipamentos	9.303	6.513
	<u>456.385</u>	<u>489.762</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer		
Faturado	213.086	183.634
Não faturado	167.778	217.974
Vencidas		
Até três meses	30.301	46.497
De três a seis meses	5.718	6.216
Acima de seis meses (a)	<u>39.502</u>	<u>35.441</u>
	<u>456.384</u>	<u>489.762</u>

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2014	35.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.851
Recuperação de provisão de créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.790)</u>
Em 30 de junho de 2015	<u>39.502</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9 Tributos a recuperar

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda retido na fonte	2.363	2.669
FINSOCIAL (a)	13.800	13.800
ICMS a recuperar (b)	12.795	11.868
Contribuição Social (c)	13.220	1.535
Outros (d)	<u>15.071</u>	<u>15.221</u>
	<u>57.249</u>	<u>45.093</u>
Circulante	<u>(32.781)</u>	<u>21.492</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não circulante	<u>24.468</u>	<u>23.601</u>
----------------	---------------	---------------

- (a) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 22(a(ii))).
- (b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.771 (R\$ 4.140 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 2.127 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.644 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 9.024 classificados no longo prazo, (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2014) referentes, principalmente, a créditos de ICMS referente a compra de gás junto à Petrobrás acumulados até o período a serem utilizados em período seguinte.
- (c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (d) Refere-se, substancialmente, a créditos de PIS e COFINS devido a regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>91.891</u>	<u>93.494</u>
	<u>91.891</u>	<u>93.494</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Obrigações de fundo de pensão	51.403	49.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.526	4.870
Provisão para contingências	26.904	30.675
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(4.381)	(3.874)
Fornecedores	5.904	5.450
Outras	<u>6.535</u>	<u>7.034</u>
Ativo não circulante	<u>91.891</u>	<u>93.494</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de ajuste a valor presente	(875)	(853)
Juros e variação monetária Gasius (nota 21)	(3.506)	(3.021)
	<u>(4.381)</u>	<u>(3.874)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	49.339	4.870	30.675	(3.874)	5.450	7.034	93.494
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.032	656	(3.771)	(507)	454	(499)	(2.635)
Creditado (debitado) no Imposto corrente	<u>1.032</u>						<u>1.032</u>
Em 30 de junho de 2015	<u>51.403</u>	<u>5.526</u>	<u>26.904</u>	<u>(4.381)</u>	<u>5.904</u>	<u>6.535</u>	<u>91.891</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	14.613
2017	17.563
2018	17.563
2019	17.563
2020	17.563
2021	3.513
2022	<u>3.513</u>
	<u>91.891</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					3.345
Gas Natural SDG, S.A.	214	225		36	
CEG Rio S.A.	1.359			6.421	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	91			565	
Gás Natural Serviços S.A.	23			126	
Gás Natural Engineering		28		40	
Gás Natural Serviços Integrales		38			112
Gás Natural do Brasil S.A.	2			7	188
	<u>1.689</u>	<u>291</u>		<u>7.195</u>	<u>3.645</u>
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 17)		40.744	50.901		
Em 30 de junho de 2015	<u>1.689</u>	<u>41.035</u>	<u>50.901</u>	<u>7.195</u>	<u>3.645</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>2.002</u>	<u>58.023</u>	<u>65.400</u>	<u>13.192</u>	<u>10.767</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito, liquidados no curto prazo.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por esses serviços está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Salários e encargos	2.481	2.280
Honorários de diretoria	1.704	1.911
Participação nos lucros	1.248	1.055
Planos de aposentadoria e pensão	67	63
Outros benefícios	289	242
	<u>5.789</u>	<u>5.551</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

12 Demais contas a receber	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamentos a funcionários	1.116	483
Cartões corporativos	140	203
Outros devedores (i)	<u>2.123</u>	<u>16.780</u>
	3.379	17.466
Circulante	<u>(2.901)</u>	<u>(2.327)</u>
	478	15.139
	<u><u>478</u></u>	<u><u>15.139</u></u>
<p>(i) O saldo remanescente registrado no ativo circulante refere-se principalmente a realização de mapeamento de rede do projeto Geovias e nota de lançamento (NL 51001240) que cobrou da Companhia os últimos 5 anos de ICMS não repassado pelo Hospital São Vicente de Paula. O motivo da variação relevante foi o recebimento, em abril de 2015, de indenização junto ao Banco Itaú relacionado ao pagamento de ICMS.</p>		
13 Depósitos judiciais	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ICMS (a)	3.028	2.994
INSS (a)	19.558	18.640
Processo administrativo - SRF (b)	6.591	6.387
CIDE (c)	10.392	9.814
Penhora judicial (d)	21.696	19.905
Trabalhistas	32.301	28.894
Outros	<u>10.001</u>	<u>8.893</u>
	<u>103.567</u>	<u>95.527</u>
<p>(a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.</p>		
<p>(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.</p>		
<p>(c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 22(a)).</p>		
<p>(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$11.735) e cíveis (R\$ 9.961). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$ 4.638).</p>		

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Servidões de Passagem	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desen- volvimento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2014	751	10.766	1.220.452	1.231.969	158.872	4.028	1.394.869
Aquisição	152.490	4.029	40.905	197.424	167.594	17.532	382.550
Baixa líquida			(10)	(10)			(10)
Transferência para intangível em operação			149.464	149.464	(149.464)	(4.029)	(4.029)
Amortização	(147)	(3.983)	(63.330)	(67.460)			(67.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	153.094	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Custo total	156.117	81.735	2.178.467	2.416.319	177.001	17.531	2.610.851
Amortização acumulada	(3.023)	(70.923)	(830.986)	(904.932)	-	-	(904.933)
Valor residual	153.094	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Saldos em 1 de janeiro de 2015	153.094	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição		17	13.404	13.421	93.205	2.294	108.920
Baixa líquida			(12)	(12)			(12)
Transferência para intangível em operação			125.672	125.672	(125.672)		-
Amortização	(5.156)	(1.815)	(35.085)	(42.055)			(42.055)
Saldos em 31 de Junho de 2015	147.938	9.015	1.451.461	1.608.413	144.534	19.825	1.772.771
Custo total	156.117	81.752	2.317.531	2.555.400	144.534	19.825	2.719.759
Amortização acumulada	(8.179)	(72.738)	(866.071)	(946.987)	-	-	(946.988)
Valor residual	147.938	9.015	1.451.461	1.608.413	144.534	19.825	1.772.771
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20					

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.
- (c) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.
- (d) Refere-se ao aditivo ao Contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá GNC/GNL. O valor a pagar foi dividido em três parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11 de dezembro de 2014 e as demais serão pagas em 30 de dezembro de 2015 e 30 de dezembro de 2016 e foram reconhecidos no passivo circulante e não circulante. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Aquisição				1.580	4.050	4.711	1.705	23.359	5.500	40.905
Baixa líquida				-				(10)		(10)
Transferência para imobilizado em operação		702						148.762		149.464
Amortização		(515)	(85)	(2.909)	(898)	(701)	(1.294)	(55.281)	(1.645)	(63.330)
Ajustes			(1)					(1)	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221	16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467
Depreciação acumulada	-	(25.263)	(9.833)	(96.089)	(21.338)	(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)
Ajuste		(1)		1						
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição		-		178	142	120	420	12.224	320	13.404
Baixa líquida				(0)				(12)		(12)
Transferência para imobilizado em operação		2.280						123.392		125.672
Amortização		(285)	(43)	(1.489)	(745)	(535)	(756)	(29.925)	(1.308)	(35.085)
Ajustes										-
Saldos em 30 de Junho de 2015	1.890	8.952	1.693	15.039	5.280	7.713	4.929	1.401.126	4.836	1.451.461
Custo total	1.890	34.501	11.569	112.615	27.363	17.114	17.298	2.085.589	9.590	2.317.531
Depreciação acumulada	-	(25.548)	(9.876)	(97.578)	(22.083)	(9.401)	(12.370)	(684.462)	(4.754)	(866.071)
Ajuste		(1)		1						
Valor contábil atual	1.890	8.952	1.693	15.039	5.280	7.713	4.929	1.401.126	4.836	1.451.461
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

Os juros capitalizados no período findo em 30 de junho de 2015 foram de R\$ 8.339 (R\$ 11.791 em 31 de dezembro de 2014) à taxa média de 13,61% (11,68% em 31 de dezembro de 2014).

15 Diferido

	Captação de			Total
	Conversão	Clientes	Outros	
Saldos em 1 de janeiro de 2014	29.330	46.220	-	75.550
Aquisição				-
Amortização	(14.363)	(17.476)		(31.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.967	28.744	0	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	-	43.711
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744	0	43.711
Aquisição				-
Amortização	(5.428)	(7.502)		(12.930)
Saldos em 30 de Junho de 2015	9.539	21.242	0	30.781
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(228.180)	(179.678)	(1.109)	(408.967)
Valor residual	9.539	21.242	0	30.781
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
De gás	223.250	263.279
De materiais	5.794	9.147
De serviços	49.027	58.139
Contrato de Concessão (i)	<u>101.660</u>	<u>101.660</u>
	379.731	432.225
Circulante	<u>(328.901)</u>	<u>(381.395)</u>
Não circulante	<u>50.830</u>	<u>50.830</u>

- (i) Refere-se ao aditivo contratual firmado entre a CEG e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014 no montante de R\$ 152.490, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor a pagar foi dividido em três parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11 de dezembro de 2014 e as demais serão pagas em 30 de dezembro de 2015 e 30 de dezembro de 2016 e foram reconhecidos no passivo circulante e não circulante.

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	91.646	122.845
Linhas de crédito	<u>642.175</u>	<u>611.443</u>
	<u>733.821</u>	<u>734.288</u>
Total do passivo		
Circulante	190.213	129.804
Não circulante	<u>543.608</u>	<u>604.484</u>
	<u>733.821</u>	<u>734.288</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	30/06/2015		31/12/2014	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	4.243	310.000	11.282	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	36.377	80.000	1.882	80.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		40.744	50.901	57.444	65.400
Banco Santander S.A.		100%	50.743			44.284
ING Bank		100%	52.416		52.281	
Banco do Brasil S.A.		100%	5.690	102.707	6.915	104.800
Total empréstimos e financiamentos			190.213	543.608	129.804	604.484

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2015 com um custo médio de captação de 104% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2014).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	200.123	261.001
2017	329.233	329.231
2018	14.252	14.252
	<u>543.608</u>	<u>604.484</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

18 Tributos a recolher

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda a pagar	26.297	65.952
ICMS	20.815	20.124
PIS	1.134	1.138
COFINS	5.224	5.242
Outros	6.180	9.548
	<u>59.650</u>	<u>102.004</u>

19 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>30/06/2015</u>		<u>30/06/2014</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>201.600</u>	<u>201.600</u>	<u>226.840</u>	<u>226.840</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(50.400)	(18.143)	(56.710)	(20.416)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições Permanentes	(3.584)	(1.290)	(473)	(170)
Incentivos Fiscais	76		61	
Outros			(187)	(68)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(53.908)</u>	<u>(19.433)</u>	<u>(57.309)</u>	<u>(20.654)</u>
Alíquota efetiva	<u>27</u>	<u>10</u>	<u>25</u>	<u>9</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	<u>100,00</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

20.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão. No período findo em 30 de junho de 2015 foi constituída reserva de expansão de acordo com a AGOE de 28 de abril de 2015.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do início de cada exercício.

21 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em junho de 2015 no valor de R\$ 10.448 está sendo paga em dia.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	61	65
Inativos	<u>1.068</u>	<u>1.066</u>
	<u>1.129</u>	<u>1.131</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.207 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 16 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Fundo de pensão (Gásius)	973	944
Assistência médica	2.898	2.511
	<u>3.871</u>	<u>3.455</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano de benefícios – GASÍUS	7.551	13.149
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.094	6.106
Prêmio aposentadoria	2.367	2.285
Assistência médica para aposentados	98.319	95.352
	114.331	116.893
Circulante	(7.551)	(12.138)
Não circulante	106.780	104.755

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano de benefícios – GASÍUS		
Valor presente das obrigações atuariais	484.024	327.524
Valor justo dos ativos do plano	(338.293)	(375.417)
Déficit (superávit)	145.731	(47.893)
Limite assunção de dívida (*)	(145.731)	47.893
Assunção de dívida GASÍUS	7.551	13.149
Passivo líquido	<u>7.551</u>	<u>13.149</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Para os demais planos, a Companhia assume as obrigações atuariais integrais, pois os referidos planos não apresentam ativos. O saldo das obrigações atuariais desses planos é composto como segue:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	6.094	6.106
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	2.367	2.285
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	98.319	95.352

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2014	116.893
Juros sobre obrigações atuariais	1.334
Pagamentos confissão de dívida	(4.204)
Juros confissão de dívida	308
Em 30 de junho de 2015	<u>114.331</u>

A composição dos ativos do plano em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	206.288
Fundos de investimento de renda fixa	65.105
Fundos multimercado	4.618
Títulos privados	11.519
Títulos de renda variável	56.578
Investimento imobiliário	37.600
Outros ativos	22.138
	<u>403.846</u>

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	<u>Percentual</u>	
	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Impacto no passivo total</u>
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As principais premissas atuárias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Hipóteses econômicas

Taxa de desconto	5,9% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	2,1%a.a.

Inflação	5,5.a.a.
----------	----------

Fator de capacidade

Salários	98%
Benefícios	98%

Hipóteses demográficas

Tábua de mortalidade	AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

22 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	35.639	35.668
Cíveis	30.473	32.711
Tributárias	13.016	12.429
	<u>79.128</u>	<u>80.808</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	78.193
Adições	6.818
Baixas/reversões	(9.826)
Atualizações monetárias	3.943
	<u>79.128</u>

Saldo em 30 de junho de 2015	<u>79.128</u>
-------------------------------------	---------------

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

de junho de 2015 é de R\$ 10.392 (R\$ 9.814 em 31 de dezembro de 2014) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$ 2.624 (R\$ 2.615 em dezembro de 2014) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Esfera		
Federal	<u>10.392</u>	<u>9.814</u>
	<u>10.392</u>	<u>9.814</u>

(i) Contingências tributárias não provisionadas

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 204.462 em 30 de junho de 2015 (R\$ 179.153 em 31 de dezembro de 2014). Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$ 15.142 (R\$ 14.320 em 31 de dezembro de 2014).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$ 7.631 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2014).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$ 10.974 (R\$ 10.706 em 31 de dezembro de 2014).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 30 de junho de 2015 é de R\$ 118.173 (R\$ 119.059 em 31 de dezembro de 2014).
- Em março de 2014 a CEG recebeu notas fiscais da Petrobras fora do prazo onde a Secretaria Estadual de Fazenda entendeu que a tomada de crédito de ICMS foi indevida, razão pela qual emitiu A.I 03.461283-8. Apresentamos defesa e nossos advogados classificam o risco como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 30 de junho de 2015, é de R\$ 395.230 (R\$ 386.314 em 31 de dezembro de 2014) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 18) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 em 30 de junho de 2015 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	65	72

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ex-empregados terceiros	843	881
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>43</u>	<u>43</u>
	<u>951</u>	<u>996</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas reduziu de R\$ 35.668 em dezembro de 2014 para R\$ 35.639 em 30 de junho de 2015 (queda de 0,08%).

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>30/6/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ex-empregados CEG	6.843	6.237
Ex-empregados terceiros	<u>28.796</u>	<u>29.431</u>
	<u>35.639</u>	<u>35.668</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de perda possível por parte da Companhia, totalizam em 30 de junho de 2015 R\$ 46.503 (R\$ 55.850 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
 - (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
 - (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
 - (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
 - (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (c) Contingências cíveis**

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.280, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.869. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda possível no montante de R\$23.324 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termelétrico e automotivo.

Dentre os segmentos acima destacamos o automotivo que abastece os postos de GNV dentro da região sob concessão da Companhia e termelétrico que abastece as usinas térmicas geradoras de energia.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Informações por segmento

Segmentos	Margem por segmento 30/06/2015							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m ³ mil (Não revisado)								-
Receita Bruta	260.821	104.768	359.648	740.201	437.953	92.430	51.381	2.047.202
Deduções	(54.812)	(22.383)	(70.048)	(3.701)	(94.789)		(5.368)	(251.101)
Receita Líquida	206.009	82.385	289.600	736.500	343.164	92.430	46.013	1.796.101
Custo	(33.391)	(29.877)	(215.792)	(690.959)	(285.759)	(92.601)	(960)	(1.349.339)
Resultado Bruto	172.618	52.508	73.808	45.541	57.405	(171)	45.053	446.762
Despesas/Receitas Operacionais								(245.162)
Resultado antes da Tributação								201.600
Provisão p/IR e Contribuição social								(73.341)
Lucro/Prejuízo do Período								128.259

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Segmentos	Margem por segmento 30/06/2014							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m ³ mil (Não revisado)	49.438	43.036	279.066	1.154.434	380.789	0	0	1.906.763
Receita Bruta	259.576	101.608	346.507	623.794	433.032	55.103	47.018	1.866.638
Deduções	(54.634)	(21.718)	(70.507)	(3.119)	(93.724)		(5.026)	(248.728)
Receita Líquida	204.942	79.890	276.000	620.675	339.308	55.103	41.992	1.617.910
Custo	(29.880)	(27.744)	(206.955)	(577.751)	(281.277)	(55.103)	(698)	(1.179.408)
Resultado Bruto	175.062	52.146	69.045	42.924	58.031	-	41.294	438.502
Despesas/Receitas Operacionais								(211.662)
Resultado antes da Tributação								226.840
Provisão p/IR e Contribuição social								(77.962)
Lucro/Prejuízo do Período								148.878

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de serviços	48.482	44.165
Receitas de serviços taxados	2.555	2.636
Receita de aluguéis	344	217
	51.381	47.018

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

24 Compromissos e contingências**24.1 Fornecedor de gás**

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais – QDCs a partir de 2015.

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso *Take or Pay(ToP)* para o ano de 2015 a 2019.

Ao final do 2º trimestre de 2015, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de ToP no final do ano.

24.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

24.3 Antecipação de pagamento

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas assim dispostas:

Nº da Parcela	Percentual do Total	Valor (R\$ mil)	Data de Pagamento
Primeira parcela	5 %	2.333	05/01/2012
Segunda parcela	30%	14.000	05/07/2012
Terceira parcela	10%	4.667	05/11/2012
Quarta parcela	10%	4.667	05/03/2013
Quinta parcela	15%	7.000	05/06/2013
Sexta parcela	15%	7.000	05/09/2013
Sétima parcela	15%	7.000	05/11/2013

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Em 30 de junho de 2015 o saldo do adiantamento é de R\$ 1.703.

25 Serviços e outros gastos gerais

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Serviços de manutenção	11.344	11.548
Serviço de profissionais independentes e contratados	50.569	44.707
Gastos gerais de escritório	765	1.527
Viagens e estadas	926	962
Aluguéis	5.017	4.508
Propaganda e publicidade	4.189	3.051
Despesas empresas do grupo	2.029	3.272
Perdas e recuperação de créditos	6.339	5.419
Provisões (reversões de provisões)	(3.280)	(3.811)
	<u>77.898</u>	<u>65.764</u>

26 Resultado financeiro

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.478	-
Atualizações monetárias e cambiais ativas	4.895	9.074
Receita de juros e encargos	4.732	6.409
Outras receitas financeiras	1.463	196
	<u>12.568</u>	<u>15.483</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(131)	(17.951)
Encargos de empréstimo	(36.214)	(9.237)
IOF	(1.676)	(7.315)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(6.116)	(1.738)
Fiança bancária	(11)	(423)
Outras despesas financeiras	(11.331)	(145)
	<u>(55.479)</u>	<u>(36.664)</u>
	<u>(42.911)</u>	<u>(21.181)</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

27	Lucro por ação		
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
	Numerador		
	Lucro do período	67.596	89.799
	Denominador (em milhares de ações)		
	Média ponderada de número de ações em circulação	51.925.105	51.925.105
	Lucro por ação	0,0013	0,0017

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

28 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas (não auditado)
Risco operacional (*)	435.486
Responsabilidade civil geral (*)	217.763
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

29 Eventos subsequentes

- A Companhia captou, no mês de julho de 2015, recursos junto ao Banco HSBC no montante de R\$ 50.000 e no Banco Intesa R\$ 40.000. As operações foram realizadas na modalidade clean, ou seja, não houve caução e/ou garantias prestadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de

Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2014, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, obtido das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2014 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 31 de julho de 2014 e 30 de janeiro de 2015, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro

Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015, LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2015, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), na sede da sociedade, à Avenida Presidente Vargas, nº 1001, 8º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros existentes no Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião Srs. Renato Ramos, Gustavo Sardinha e Maria Salete Garcia Pinheiro, representantes dos Auditores Independentes, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico-Financeira e Relação com Investidores, o Sr. Josimar Viana, representante da área de Contabilidade e Consolidação, a Sra. Anna Maria Bittencourt da Silva Ruivo, representante da área de Controle de Gestão e o Sr. Marlim Marlon Santana dos Santos, representante da Diretoria de Jurídica.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Kfuri Moreira da Silva, que convidou o Sr. Marlim Marlon Santana dos Santos para secretariar a reunião, sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2015; e 2) Apresentação dos resultados acumulados do 2º Trimestre de 2015.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) Foram analisadas, pelos conselheiros, as Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2015, sendo prestados os respectivos esclarecimentos pelos representantes dos Auditores Independentes, que informaram que o Parecer foi emitido sem ressalvas; e 2) Foram apresentados os resultados acumulados do 2º Trimestre de 2015.

DELIBERAÇÕES: 1) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, opinaram pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2015; 2) Fica agendada a realização da próxima Reunião do Conselho Fiscal para o dia 11 de novembro de 2015, às 9:30h; e 3) A documentação ordinária (ITR e Informe Institucionais) deverá ser enviada aos Conselheiros até 04 de novembro de 2015, de modo a subsidiar a próxima reunião.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de agosto de 2015.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes

Renato Achutti

Marlim Marlon Santana dos Santos

Secretário

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, opinam, por unanimidade, pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais relativas ao 2º Trimestre de 2015.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de agosto de 2015.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes

Renato Achutti